

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
-------------------------	-----------

1.

PREMISSAS DO NOVO RACIOCÍNIO PROBATÓRIO: DOIS MODELOS PARA O FUNCIONAMENTO DA PROVA	33
--	-----------

1.1. Do modelo subjetivo: a crença do juiz como cerne da prova	36
1.1.1. Consequências gerais de sua adoção	39
1.2. Do modelo objetivo: o convencimento do juiz retirado do cerne da prova.....	41
1.2.1. Consequências gerais de sua adoção	44
1.3. O presente livro somente tem sentido sob a premissa da adoção de um modelo objetivo	48

2.

A PROVA TESTEMUNHAL E SEU ESTADO DA ARTE NA DOCTRINA E NA JURISPRUDÊNCIA	51
2.1. Noções preliminares	53
2.2. Admissibilidade	56
2.2.1. Exclusão por conta do objeto (fato a ser provado). Hierarquias entre meios de prova?	56
2.2.1.1. Posição a favor da hierarquia entre meios de prova e necessidade de prova “mais segura” do que a testemunhal para a prova de determinados fatos.....	56
2.2.1.2. Posição contrária à hierarquia entre meios de prova: prova testemunhal seria tão segura quanto as demais, independentemente dos fatos a serem provados	61
2.2.2. Exclusão por conta do sujeito.....	64
2.3. Produção.....	67
2.3.1. Testemunha da parte ou do processo?.....	67
2.3.2. Cuidados para não “contaminação” da testemunha.....	69
2.3.3. Formas de interrogatório	71
2.3.3.1. Perguntas diretas x narrativas livres	71
2.3.3.2. Perguntas pelo juiz x pelos advogados?...	74
2.3.3.3. Formas para supostamente garantir a veracidade do depoimento.....	77
2.4. Valoração	80
2.4.1. Mediação, contato pessoal e impressões subjetivas	80
2.4.2. Valor do testemunho e suficiência.....	83
2.5. Conclusões parciais.....	91

A CIÊNCIA E AS PREMISSAS DA DOCTRINA TRADICIONAL	95
3.1. A epistemologia e o testemunho (ou as epistemologias do testemunho): a presunção de veracidade do testemunho jurídico em xequé	95
3.1.1. Noções preliminares	97
3.1.1.1. O testemunho na epistemologia e no Direito	97
3.1.1.2. Testemunho implica transmissão de conhecimento?	104
3.1.1.3. Autoridade e confiança	112
3.1.1.4. Mentiras e erros honestos	117
3.1.2. Concepções da epistemologia do testemunho ...	121
3.1.2.1. Presuntivismo (não reducionismo)	122
3.1.2.2. Não presuntivismo (reducionismo)	130
3.1.2.3. Dualismo: uma terceira corrente?	135
3.1.3. A revalorização da dimensão epistêmica do testemunho jurídico: do presuntivismo ao não presuntivismo; da avaliação da testemunha à avaliação do testemunho	137
3.2. A Psicologia experimental do testemunho: bases científicas para as dificuldades de detecção de mentiras e para a consideração dos erros honestos	141
3.2.1. Considerações iniciais sobre a prova testemunhal: entre o Direito e a ciência	141
3.2.2. Considerações básicas sobre a metodologia	145
3.2.3. Metodologia	154
3.2.4. A insinceridade do testemunho: o mito da detecção de mentiras e a real impossibilidade de sua detecção	156
3.2.4.1. Ausência de “sinais indicativos” eficientes de mentira e nulo papel do “treinamento”	156

3.2.4.2. Fatores que influenciam a percepção de credibilidade: confiança e forma de exposição	159
3.2.5. Erros honestos e fatores que os influenciam: falhas na percepção e na recuperação das memórias da testemunha	162
3.2.5.1. Falhas de percepção	162
3.2.5.1.1. Aspectos visuais básicos: luz, alterações de luz e cores	163
3.2.5.1.2. Velocidade.....	166
3.2.5.1.3. Distância	169
3.2.5.1.4. Tempo de exposição (duração do evento).....	170
3.2.5.1.5. Idade	172
3.2.5.1.6. Efeito do foco na arma (<i>weapon focus</i>) ou em objetos que estão “fora de contexto”	174
3.2.5.1.7. Estresse	177
3.2.5.1.8. Álcool e outras drogas.....	178
3.2.5.2. Falhas na recuperação da memória	180
3.2.5.2.1. Tempo entre o evento e a recuperação (<i>retention interval</i>)	181
3.2.5.2.2. Informações pós-evento (<i>post-event information</i>).....	185
3.2.5.2.3. <i>Feedback</i> sobre o desempenho da testemunha	188
3.2.5.2.4. Forma de perguntas (viés confirmatório e <i>leading questions</i>).....	190

PROPOSTA DE UMA RECONSTRUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL	195
4.1. Premissas delineadas para a reconstrução	195
4.2. Enfrentamento das premissas do Direito à luz da ciência e da epistemologia.....	198
4.2.1. Quanto às premissas ligadas à fase da admissi- bilidade	198
4.2.1.1. Da inadmissibilidade por questões objetivas.....	199
4.2.1.2. Da inadmissibilidade por questões subjetivas	202
4.2.2. Quanto às premissas ligadas à fase da produ- ção das provas.....	206
4.2.2.1. Testemunha da parte ou do processo?..	206
4.2.2.2. Da não contaminação da testemunha: somente no momento da audiência?	211
4.2.2.3. Das supostas formas de garantia da veracidade do testemunho	215
4.2.2.3.1. A presença do juiz, o jura- mento e o crime de falso testemunho	216
4.2.2.3.2. A acareação.....	219
4.2.2.4. Das formas de interrogatório.....	221
4.2.2.4.1. Perguntas diretas ou narrati- vas livres?	222
4.2.2.4.2. Perguntas pelos advogados ou pelo juiz?	224
4.2.3. Quanto às premissas ligadas à fase de valoraçãõ..	226
4.2.3.1. O contato pessoal do juiz com a teste- munha e os mitos que o circundam.....	227
4.2.3.2. Os diferentes tipos de testemunho e sua valoração.....	229

4.2.3.3. Critérios para a valoração da prova testemunhal.....	231
4.2.3.4. Suficiência: pode a prova testemunhal, sozinha, atender standards probatórios?	235

5.

CONCLUSÕES	239
5.1. Conclusões Gerais	239
5.2. Conclusões Específicas	241
5.2.1. Propostas para o legislador	241
5.2.2. Propostas para o juiz e para os tribunais	244
5.2.3. Propostas para o advogado e para as partes	245
5.2.4. Propostas para as testemunhas.....	245

Referências bibliográficas	247
----------------------------------	-----